

ATA DA 209ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE, REALIZADA NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2023.

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2023, às 9h00, na sede da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Afritos, Recife – PE, foi realizada a ducentésima nona reunião da Diretoria Colegiada da Agência de Regulação dos Serviços Públicos - ARPE, contando com a presença do Diretor Presidente, **Severino Otávio Raposo Monteiro**, do Diretor de Regulação Econômico-Financeira, **Frederico Arthur Maranhão Tavares de Lima**, do Diretor Administrativo-Financeiro, **Carlos Porto Filho**, da Diretora de Regulação Técnico-Operacional, **Juliana Dias Medicis** e da Ouvidora, **Paula Yonara Barbosa de Lima**. Iniciando os trabalhos, Dr. Severino Otávio saudou os presentes e passou a palavra para da Diretora Juliana Dias, que mostrou preocupação com a área de Energia que encontra-se com Coordenador interino entrando em gozo de férias nesta data. A Diretora sugeriu designar a servidora Aucilene Alice da Silva, matrícula nº 342-5, para responder pelo expediente da Coordenadoria de Energia Elétrica; Ainda com a palavra, a Diretora Juliana Dias trouxe para apreciação da Diretoria Colegiada o **Processo Administrativo CS N.º: 022/2017 - SEI nº 0030200037.000060/2022-05** com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no Art. 46, incisos I, V, VI, XIII, XVI, XVIII e XXII da Resolução Arpe nº 62/2009; o **Processo Administrativo CS N.º: 025/2017-CS-Arpe - SEI nº 0030200037.000068/2022-63** com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento Artigo 46, incisos IX, XIII e XVI da Resolução ARPE nº 62/2009; o **Processo Administrativo CS N: 002/2017 - SEI nº 0030200037.001507/2022-55** com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no art. 46, incisos IX, XIII e XVI da Resolução Arpe nº 62/2009; o **Processo Administrativo CS N: 046/2017 - SEI nº 0030200037.000110/2022-46** com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no art. 46, incisos I, XIII e XVI da Resolução Arpe nº 62/2009; o **Processo Administrativo nº: 034/2017 – CS – Arpe – SEI nº 0030200037.000087/2022-90** com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no com fundamento no artigo 46, incisos IX, XIII e XVI da Resolução ARPE nº 62/2009; os **Processos Administrativos Nº 004/2022-CEE-ARPE, 005/2022-CEE-ARPE, 006/2022-CEE-ARPE, 007/2022-CEE-ARPE, 008/2022-CEE-ARPE, 009/2022-CEE-ARPE, 0010/2022-CEE-ARPE, 0011/2022-CEE-ARPE, 0012/2022-CEE-ARPE, 0013/2022-CEE-ARPE, SEI nº 0030200026.004204/2022-13**, com proposta de manter na integralidade a decisão do

Coordenador de Energia Elétrica, aplicando a penalidade de multa do Grupo IV no valor de R\$ 49.587,08 (quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oito centavos), para cada um dos empreendimentos, correspondentes ao percentual de 0,3750% do valor de R\$ 13.223.220,00 (treze milhões, duzentos e vinte e três mil e duzentos e vinte reais), relativos ao valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente, conforme detalhamento na Exposição de Motivos aos referidos Autos de Infração – Ais; o **Processo Administrativo CS N.º: 026/2017 - SEI nº 0030200037.000070/2022-32** com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no art. 46, incisos IX e XVI da Resolução Arpe nº 62/2009; o **Processo Administrativo nº: 027/2017-CS-Arpe, SEI nº 0030200037.000072/2022-21**, com proposta de manter na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no art. 46, incisos IX e XVI da Resolução Arpe nº 62/2009; o **Processo Administrativo nº: 044/2017 – CS – Arpe, SEI 00302000037.000108/2022-77**, com proposta de manter, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no art. 46, incisos XIII e XVI da Resolução Arpe nº 62/2009; os **Processos Administrativos nº 0014/2022-CEE-ARPE, 0015/2022-CEE-ARPE, 0016/2022-CEE-ARPE, 0017/2022-CEE-ARPE, 0018/2022-CEE-ARPE, 0019/2022-CEE-ARPE, 0020/2022-CEE-ARPE, 0021/2022-CEE-ARPE, 0022/2022-CEE-ARPE, 0023/2022-CEE-ARPE, 0024/2022-CEE-ARPE, 0025/2022-CEE-ARPE, 0026/2022-CEE-ARPE, 0027/2022-CEE-ARPE e 0028/2022-CEE-ARPE, 0030200026.004206/2022-11**, com proposta de manter a integralidade da decisão do Coordenador de Energia Elétrica, aplicando a penalidade de multa do Grupo IV no valor de R\$ 49.587,08 (quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e oito centavos), para cada um dos empreendimentos, correspondentes ao percentual de 0,3750% do valor de R\$ 13.223.220,00 (treze milhões, duzentos e vinte e três mil e duzentos e vinte reais), relativos ao valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente, conforme detalhamento na Exposição de Motivos aos referidos Autos de Infração – Ais; o **Processo Administrativo CS N.º: 021/2017 - SEI nº 0030200037.000057/2022-83** com proposta de manter, na integralidade, a decisão da Coordenadora de Saneamento, determinando o arquivamento definitivo deste Processo, em conformidade com o que estabelece o inciso III e parágrafo único art. 7º da Resolução Arpe nº 083, de 30 de julho de 2013; o **Processo Administrativo nº CGTR – TGE nº 001/2022 – SEI nº 0030200024.002550/2022-87** com proposta de manter, na integralidade, a decisão da Coordenadoria de Gás, Transportes e Rodovias, determinando o arquivamento definitivo deste Processo, em conformidade com o que estabelece o art. 7º, incisos II e III e o parágrafo único, da Resolução Arpe nº 083, 30 de julho de 2013; o **Processo Administrativo 006/2017 - SEI nº 0030200037.001510/2022-79**, mantém, na integralidade, a Decisão da Coordenadoria de Saneamento que determinou aplicação da penalidade de Advertência à Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, com fundamento no Art. 46, incisos V e XVI da Resolução Arpe nº 62/2009. Todas as propostas foram

aprovadas por unanimidade nas formas recomendadas. Dando continuidade a reunião, o Diretor Frederico Maranhão informou sobre a servidora da DEF, em período gestacional, que permanece no quadro da Agência pela exceção ao Art. 1º, do Decreto nº 54.393, de 02 de janeiro de 2023. O Diretor Carlos Porto solicitou a publicação da Comissão do Adicional de Desempenho de Atividade de Regulação – ADAR com novo membro indicado pelo Diretor de Regulação Econômico-Financeira. Será nomeada Carolina Buarque de A. Silva, matrícula 343-3, com a concordância da Diretora de Regulação Técnico-Operacional, Juliana Dias Medicis; Ainda com a palavra, o Diretor Carlos Porto citou o Decreto 54.394, de 05 de janeiro 2023, que trata da racionalização e controle das despesas e de uma possível racionalização de combustíveis, impressões e ramais telefônicos; e o Ofício do TCE que solicita informações dos contratos firmados com a Agência. Dando continuidade, o Presidente Severino Otávio comunicou que esteve com o Secretário da Casa Civil, Dr. Túlio Vilaça, que levou os assuntos da ARPE e deu início as tratativas institucionais necessárias. Na sequência, lembrou da audiência do Ministério Público com a Comunidade Cova da Onça, que tem a ARPE como mediador. Pediu para a Ouvidora, Paula Yonara, e um servidor da equipe da Coordenadoria de Energia – CEE estarem presentes nesta audiência. Trouxe ainda para apreciação do Colegiado, minuta da resolução que dispõe sobre autorização de comercializador de gás no Estado de Pernambuco à ECEL - Elétron Comercializadora de Energia. O Diretor Frederico Maranhão fez algumas observações e, em seguida, a Resolução foi aprovada por unanimidade e encaminhada para as devidas formalidades. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata que foi lida, aprovada e assinada pelos integrantes da Diretoria.


SEVERINO OTÁVIO RAPOSO MONTEIRO
Diretor Presidente


CARLOS PORTO FILHO
Diretor Administrativo-Financeiro


FREDERICO ARTHUR MARANHÃO TAVARES DE LIMA
Diretor de Regulação Econômico-Financeira


JULIANA DIAS MEDICIS
Diretora de Regulação Técnico Operacional